



000051

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

PARECER PRÉVIO

INTERESSADO: Comissão permanente de Licitação / Pregoeiro.
ASSUNTO: Pregão Presencial para Registro de Preço - Tipo menor preço mensal, visando a contratação de empresa para locação de um veículo tipo caminhonete para atendimento as necessidades das unidades administrativas do município de Oliveira de Fátima, conforme descrito no Termo de Referência.
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇO. FASE PREPARATÓRIA. PARECER PRÉVIO. ANÁLISE DAS MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO (ART. 38, § ÚNICO, LEI 8.666/93) APLICÁVEL DE FORMA SUBSIDIÁRIA AO PREGÃO CONFORME ART. 9º DA LEI 10.520/2002.

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado junto a Comissão de Licitação com a finalidade de abertura de processo licitatório na modalidade pregão presencial para registro de preços, Tipo menor preço mensal, conforme Processo Administrativo nº 009/2019, visando a contratação de empresa para locação de um veículo tipo caminhonete para atendimento as necessidades das unidades administrativas do município de Oliveira de Fátima, conforme descrito no Termo de Referência.

Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos:

- a) Solicitação do órgão interessado à central de compras, com a devida justificativa;
- b) Cotações de preço;
- c) Estimativa de cotação de preços;
- d) Termo de referência;
- e) Termo de autuação;
- f) Memorando Interno do órgão interessado ao setor de compras e serviços;
- g) Memorando interno o setor de compras e serviços para a Comissão de Licitação, solicitando a abertura de procedimento licitatório e sugerindo a modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, tipo menor preçomensal;
- h) Ato que designando pregoeiro, bem como, a comissão de apoio;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

- i) Despacho emitido pelo pregoeiro determinando a abertura de processo licitatório;
- j) Despacho da autoridade competente autorizando a abertura do processo licitatório;
- k) Minuta do Edital com os seguintes anexos:
1. Anexo I – Credenciamento;
 2. Anexo II - Declaração de fato impeditivo;
 3. Anexo III - Declaração de Microempresa/EPP;
 4. Anexo IV - Modelo declaração - art. 7º, Constituição Federal;
 5. Anexo V - Minuta da ata de registro de preço;
 6. Anexo VI - Minuta do contrato;
 7. Anexo VII - Discriminação dos itens;
 8. Anexo VIII - Modelo da proposta de preço.

Nestes termos chegam os autos do processo para emissão do parecer, conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

É o sucinto relatório, passo a opinar.

II - PRELIMINARES

Precipuamente cumpre-nos informar que a emissão de parecer desta Procuradoria não deve exorbitar acerca da conveniência e oportunidade dos “atos de mérito administrativo”, sendo estes adstritos ao administrador público, portanto, nosso mister deve ater-se a análise jurídica, bem como aventar as possíveis soluções a serem tomadas pelos gestores.

III - DA FUNDAMENTAÇÃO

O Pregão é uma modalidade de licitação instituída pela Lei 10.520/02, utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

Compreende duas fases procedimentais que estão definidas nos art. 3º e 4º da referida lei (fase preparatória e fase externa) e, conforme o art. 9º, submete-se a aplicação subsidiária das normas contidas na Lei 8.666/93.

Nesse passo, a emissão de parecer prévio encontra fundamento no art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, que diz:

"Art. 38....

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Ato contínuo, cumpre ao parecer prévio verificar o atendimento dos pressupostos cominados pela Lei nº 10.520/02, em seu art.3º, que regulamenta a fase preparatória dessa modalidade de licitação, *in verbis*:

"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

§ 2º No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares"

Ainda, impende observar subsidiariamente o art. 40 da Lei 8.666/93, que define o conteúdo do Edital para sua formalização.



000054

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

Já o Sistema de Registro de Preços, esculpido no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, trata sobre o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Esse procedimento viabiliza diversas contratações, esporádicas ou sucessivas, por meio de um único processo, sem que haja necessidade de fazer uma nova licitação para cada aquisição no decorrer do período.

Com isso, reduz os processos de licitação, otimizando tempo e investimentos, além de possibilitar a compra imediata, caso seja necessidade do setor.

Além disso, não precisam providenciar espaços para armazenagem de produtos, já que as aquisições podem ser feitas conforme a necessidade da administração.

A Administração Pública não fica obrigada a adquirir os bens licitados, se não precisar dos produtos licitados. Por isso mesmo, é um dos procedimentos mais utilizados nos dias atuais.

Cumpramos assinalar que o município de Oliveira de Fátima ainda não regulamentou o referido instrumento, conforme determinado no § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

...

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

...

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

Já a previsão do registro de preço pela modalidade pregão, está insculpida no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

“Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.” (Grifei)

Contudo, é preciso ter a clareza de que a instituição do registro de preços não depende da existência de decreto.

Apesar de o § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 dizer que o registro de preços será regulamentado por decreto, é perfeitamente possível instituí-lo mesmo não existindo decreto regulamentar.



000055

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

O fato de poder ser regulamentado por decreto não implica reconhecer que o registro de preços não pode ser utilizado sem essa condição, uma coisa não depende, necessariamente, da outra.

Sob os pontos de vista técnico e jurídico, a ausência de regulamento não impede a utilização do registro de preços, pois a Lei nº 8.666/93 é suficiente para assegurar a sua necessária validade jurídica, bem como garantir a definição das regras e condições necessárias. O registro de preços tem um perfil normativo minimamente definido no art. 15 da Lei nº 8.666/93, o que é o bastante para utilizá-lo. Ademais, na ausência de decreto, o edital cumpre perfeitamente a função de regulamentação.

Nesse passo, respeitados os valores e as condições previstas na ordem jurídica, tem a Administração a possibilidade de estabelecer no edital todas as condições e exigências que se fizerem necessárias para assegurar a plena satisfação da sua necessidade e garantir a mais adequada eficiência na gestão do contrato.

Passando a discorrer sobre as minutas do edital e do contrato, temos que é necessário padronizar toda a estrutura do edital no que se refere às divisões e subdivisões dos temas que o integram, para que os interessados possam, de maneira simples e objetiva, localizar e visualizar as normas pertinentes ao certame.

Assim, a sugestão desta procuradoria é pela divisão em itens e subitens, com a exclusão da utilização de alíneas e incisos.

Outra questão diz respeito a justificativa apresentada. Esta se mostra genérica, sem pormenores referentes a utilização do veículo, o que pode interferir sobremaneira nas especificações do automóvel a ser locado, e via de consequência, no valor da locação.

Frise-se mais, como remate, que a Administração Pública tem que demonstrar de forma objetiva que seria mais econômico locar o veículo do que o comprar e tê-lo de forma definitiva. A motivação deve ater-se aos princípios da economicidade, proporcionalidade e moralidade, e não se mostrar contrária ao interesse público.

"APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LICITAÇÃO -
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - ILEGALIDADE NÃO
VISLUMBRADA - **MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DELINEADA**
- ATO DISCRICIONÁRIO - CRITÉRIOS DE CONVENIÊNCIA
E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -
PODER JUDICIÁRIO - INGERÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE. -
A atuação do Poder Judiciário no controle dos atos



000056

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FÁTIMA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA

administrativos se limita aos aspectos da legalidade e da moralidade, sendo vedada a discussão em torno do seu mérito, analisando critérios de conveniência e oportunidade. - Apelo improvido. (TJ-TO - AC: 50001791120114040000, Relator: JOÃO RIGO GUIMARÃES)"

De resto, verifica-se pela análise dos demais itens da minuta do Edital e do contrato, que estas atendem as exigências legais pertinentes ao procedimento em questão.

Cumprе ressaltar, entretanto, que a análise de mérito do procedimento em si, em todas as suas fases e atos subsequentes, é de exclusiva competência e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação e do Pregoeiro designado, a quem caberá, na forma legal, observar rigorosamente os termos da Lei 10.520/02, as regras do edital e subsidiariamente a Lei 8.666/93, sobretudo a observância intransigente dos seguintes princípios: procedimento formal; publicidade dos seus atos; igualdade entre os licitantes; vinculação ao edital; julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor.

IV- DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria Geral manifesta-se, em sede de juízo prévio, pela aprovação das minutas do edital e do contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, **desde que observadas as recomendações sugeridas.**

Nada mais a acrescentar, opinamos pelo prosseguimento habitual do presente processo.

É o parecer, S.M.J.

Oliveira de Fátima, 12 de abril de 2019.


Agostinho Araújo Rodrigues Júnior
Procurador-Geral do Município